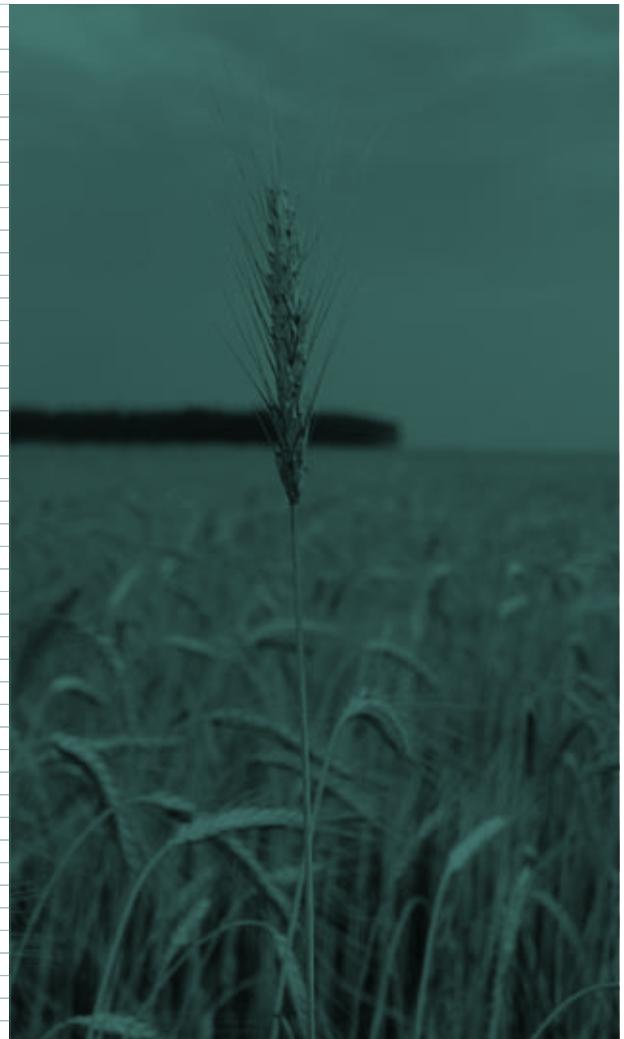

AGENDA ESTRATÉGICA 2010 - 2015

CULTURAS DE INVERNO



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria Executiva

Agenda Estratégica

2010 - 2015
Culturas de Inverno

Missão
Mapa
*Promover o desenvolvimento sustentável e
a competitividade do agronegócio
em benefício da sociedade brasileira.*

Brasília - DF
2011

@ 2011 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada à fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é do autor.

Tiragem: 50 exemplares

Ano 2010

Elaboração, distribuição, informações:

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Secretaria Executiva

Coordenação-Geral de Apoio ás Câmaras Setoriais e Temáticas

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D – Ed. sede

CEP: 070043-900, Brasília – DF

Tel.: (61) 3218-2772

Fax.: (61) 3225-4200

www.agricultura.gov.br

e-mail: cgac@agricultura.gov.br

Central de Relacionamento: 0800 704 1995

Coordenação Editorial: Assessoria de Comunicação Social

Equipe técnica:

Aguinaldo José de Lima

Paulo Marcio Mendonça Araujo

Ayrton Jun Ussami

Francisco de Assis Mesquita Facundo

Manoel Galvão Messias Junior

Sônia Azevedo Nunes

Daniela Firmino Santana

Joana Fernandes Vieira

Leandro Pires Bezerra de Lima

Lara Katryne Felix Pinto

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

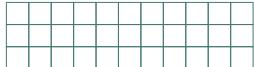
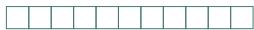
INTRODUÇÃO

A Agenda Estratégica 2010 - 2015 é fruto do trabalho coletivo do conjunto das entidades representantes do setor privado em seus diversos elos da Cadeia Produtiva e representantes do Governo que compõem a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Culturas de Inverno, proporcionando o ordenamento dos trabalhos, organizando, sistematizando e racionalizando as ações e objetivos estabelecidos pela Câmara Setorial, com uma visão de futuro.

A estruturação de uma Agenda de trabalho da Cadeia Produtiva proporciona condições de ampliar as discussões além das questões pontuais do dia a dia da Cadeia, as chamadas questões conjunturais, como permitem pensar no futuro, construir planos e projetos de médio e longo prazo que permitam o desenvolvimento da Cadeia como um todo, com competitividade e sustentabilidade, as chamadas questões estruturais.

A elaboração desta Agenda Estratégica teve início dia 09 de março de 2010, quando o plenário da 26ª Reunião Ordinária, aprovou a composição de um grupo de trabalho para tal objetivo sob a coordenação da CGAC- Coordenação Geral de Apoio as Câmaras Setoriais e Temáticas do MAPA.

Já no dia 08 de junho foi realizada a primeira reunião do grupo em um dia inteiro de trabalho, ocasião em que, por meio de metodologia adequada, foi levantado um conjunto de propostas dispostas em 10 temas. Após esse primeiro exercício, a Coordenação-Geral das Câmaras promoveu um trabalho de organização e sistematização desse conjunto de propostas, por Temas, Itens de Agenda e algumas Diretrizes. Esse trabalho foi conduzido de forma a agrupar esse conjunto de propostas em eixos temáticos que possam ser trabalhados e aprofundados por grupos de trabalhos específicos a serem criados nas próximas reuniões da Câmara Setorial e ou outras

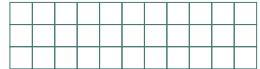


deliberações pertinentes. Para fechar a proposta inicial da Agenda Estratégica o Grupo de Trabalho voltou a se reunir no dia 31 de agosto, com o objetivo de consolidar e validar a sistematização realizada.

A partir de então a proposta de Agenda aprovada pelo Grupo de Trabalho foi encaminhada para todos os membros da Câmara Setorial, que tiveram oportunidade de questioná-la e contribuir com sugestões. Providência seguinte foi submetê-la a discussão e aprovação em reunião ordinária da Câmara Setorial.

A Agenda Estratégica tem caráter dinâmico e todas as oportunidades de contribuição dos integrantes da Câmara Setorial foram e serão consideradas. Sendo observado o caráter consultivo e de espaço de diálogo privilegiado proporcionado pelo ambiente das Camaras Setoriais, no processo de elaboração de políticas públicas e privadas, como orientadora da ação executiva do MAPA, demais órgãos governamentais e da própria Iniciativa Privada envolvida na Cadeia Produtiva.

Objetivos



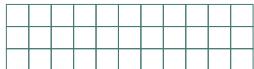
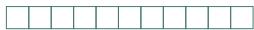
A Agenda Estratégica tem como principais objetivos:

- (1) Estabelecer um plano de trabalho para a Cadeia para os próximos 5 anos;
- (2) Facilitar e organizar a ação conjunta das Câmaras nos assuntos de interesse comum, e
- (3) Fortalecer as Câmaras como ferramentas de construção de Políticas Públicas e Privadas para o Agronegócio.

O documento a seguir apresenta o quadro resumo com os Grandes Temas, os itens da Agenda e as Diretrizes que balizarão a discussão dos temas e a construção de propostas por parte da Câmara.

Grupo de Trabalho

- **João Leonardo F. Pires** - EMBRAPA
- **Claudio Ieamu Okada** - Faz. Liberdade
- **Raimundo N. Cordeiro** - Espaço do Produtor
- **Domingos Costa** - SINITRIGO/MG
- **Reino Pécala** - ABITRIGO
- **Carsten Wegener** - ANEC
- **Hamilton Jardim** - FARSUL
- **Luiz C. Caetano** - ABITRIGO



Membros da Câmara

Presidente: Rui Polidoro Pinto

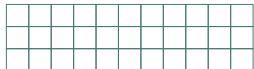
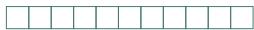
Secretário: Manoel Galvão Messias Júnior

Membros da Câmara:

- **Associação Brasileira das Indústrias de Massas Alimentícias - ABIM**
Titular: Claudio Zanão
Suplente: Ana Carolina Sad
- **Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeita-ria – ABIP**
Titular: José Joffre Nascimento
Suplente: Marcelo Menezes Ribeiro
- **Associação Brasileira da Indústria do Trigo - ABITRIGO**
Titular: Reino Pécala Rae
Suplente: Luiz Carlos Caetano
- **Associação Brasileira de Sementes e Mudas - ABRASEM**
Titular: Geraldo Rodrigues Froes
Suplente: Narciso Barison Neto
- **Associação das Empresas Cerealistas do Brasil - ACEBRA**
Titular: Osvino Ricardi
Suplente: Roberto Carsalade Queiroga
- **Associação Nacional de Defesa Vegetal - ANDEF**
Titular: Felipe Fett
Suplente: Rodholpo Leal
- **Associação Nacional dos Exportadores de Cereais - ANEC**
Titular: Albrecht Carsten Wegener
Suplente: Marcelo César Rossetin



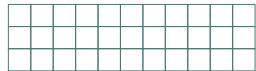
- Associação dos Triticultores do Estado de Minas Gerais – ATRIEMG
Titular: Eduardo Elias Abraham
Suplente: Lucas Johannes Maria Aernoudts
- Associação dos Moinhos de Trigo do Norte e Nordeste do Brasil - ATRIGO-N/NE
Titular: Irineu José Pedrollo
Suplente: Antonio Adriano F. de Campos
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA
Titular: Ivo Carlos Arnt Filho
Suplente: Enori Barbieri
- Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Titular: Paulo Magno Rabelo
Suplente: Carlos Eduardo Tavares
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
Titular: Gilberto Rocca da Cunha
Suplente: João Leonardo Fernandes Pires
- Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul - FARSUL
Titular: Carlos Rivaci Sperotto
Suplente: Hamilton Jardim
- Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul - FECOAGRO/RS
Titular: Rui Polidoro Pinto
Suplente: Tarcísio José Minetto



- Ministério da Agricultura/Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - MAPA/SDC
Titular: George Simon
Suplente: Luiz Carlos Fernando Colturato
- Ministério da Agricultura/Secretaria de Política Agrícola - MAPA/SPA
Titular: José Maria dos Anjos
Suplente: Sílvio Farnese
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC
Titular: Rita de Cássia Milagres Teixeira Vieira
Suplente: Eduardo Von Glehn Nobre
- Ministério da Fazenda - MF
Titular: Mônica Avelar Antunes Netto
Suplente: Daniel Henrique Salgado
- Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB
Titular: Vilibaldo Erich Schmid
Suplente: Marco Olívio Morato de Oliveira
- Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR
Titular: Flávio Enir Turra
Suplente: Robson Leandro Mafioletti
- Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola - SINDAG
Titular: Paulo Cesar Queiroz
Suplente: Eduardo Figueiredo de Andrade
- Sindicato dos Moinhos de Trigo do Estado de Minas Gerais - SINDITRIGO/MG
Titular: Domingos Costa
Suplente: Lincoln Fernandes

- Sindicato da Indústria do Trigo no Estado do Paraná- SINDITRIGO/PR
Titular: Roland Guth
Suplente: Marcelo Vosnika
- Sindicato da Indústria do Trigo no Estado do Rio Grande do Sul- SINDITRIGO/RS
Titular: Gerson Pretto
Suplente: Claudio Luis Furlan
- Sindicato dos Moinhos de Trigo do Centro-Oeste- SINDTRIGO/Centro-Oeste
Titular: André Lavor Pagels Barbosa
Suplente: João Carlos Werlang
- Sindicato da Indústria do Trigo no Estado de São Paulo- SINDUSTRIGO
Titular: Christian Mattar Saigh
Suplente: Glênio Antonio Nogara Mario
- Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP
Titular: Edson Luiz Camargo
Suplente: Adilson da Silva
- Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA
Titular: José Feldkircher
Suplente: Nilton Pinho de Bem
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural do Mato Grosso - SEDER/MT
Titular: Neldo Egon Weirich
Suplente: Hortêncio Paro

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



Coordenação dos Trabalhos

CGAC –Coordenação Geral de Apoio as Câmaras Setoriais e Temáticas do MAPA

Equipe: Aguinaldo José de Lima

Paulo Marcio Mendonça Araujo

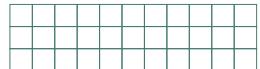
Francisco de Assis Mesquita Facundo

Daniela Firmino Santana

Leandro Pires B. de Lima



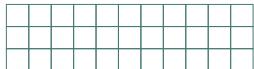
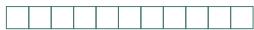
1. ESTATÍSTICAS



Levantamento de Área de Produção e Safras

Diretrizes:

1. Definir metodologias, sistema de governança, gestão do trabalho, orçamento, fontes de recursos anuais, cronograma de implantação e manutenção;
2. Definir levantamento por área cultivada, número de produtores, por sistema de produção, indicadores tecnológicos, produção de grãos e sementes, por Estado da Federação;
3. Avaliar as competências operacionais e tecnológicas para trabalhos específicos, de universidades, instituições de pesquisas e extensão, cooperativas e associações que possam contribuir;
4. Utilizar as experiências já existentes, envolvendo participação de instituições de pesquisa e/ou extensão rural afins tendo como objetivo dados oficiais únicos;
5. Criar plataforma de dados comum e acesso a informação de forma objetiva e transparente;
6. Estabelecer convênios e ou cooperação técnica com instituições públicas e/ou privadas que possam colaborar de forma sistemática e contínua;
7. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab, aprimorando suas condições de técnicas e de estrutura;
8. Contemplar o levantamento de perdas na produção por eventos ocasionais tipo granizo, pragas, seca inundações , chuvas excessivas, etc...



Levantamento da Qualidade da Safra

Diretrizes:

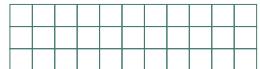
1. Contemplar dados qualitativos sobre a produção, a partir de amostras representativas, levantamento das variedades utilizadas, para buscar estimar as especificidades do uso da produção;
2. Estabelecer formas sistemáticas de coleta de amostras durante o momento da colheita nas diversas regiões produtoras;

Levantamento de Estoques

Diretrizes:

1. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab;
2. Estabelecer convênios e ou cooperação técnica com Entidades de representação privada, para colaborarem de forma sistemática e contínua.;
3. Aprimorar os trabalhos existentes pela Conab, com levantamentos anuais de estoques privados dos produtores, moinhos, indústria armazenadores e comércio em geral;
4. Estabelecer parcerias com os Estados para obtenção das informações através de Notas Fiscais Eletrônicas;
5. Estabelecer a periodicidade sistemática do levantamento e sua divulgação.

Levantamento da produção industrial



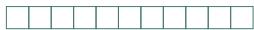
Diretrizes:

1. Utilizar informações levantadas nas indústrias do CNAE/IBGE e entidades que possam contribuir ;
2. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab;
3. Procurar estratificar em tipos de produtos, farinhas, etc...
4. Estabelecer parcerias com os Estados para obtenção das informações através de Notas Fiscais Eletrônicas
5. Estabelecer convênios e ou cooperação técnica com Entidades de representação privada, para colaborarem de forma sistemática e contínua.

Levantamento do consumo

Diretrizes:

1. Utilizar informações levantadas nas indústrias, Supermercados e de pesquisas do IBGE e outras entidades que possam colaborar
2. Contemplar dados por Estados
3. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab, com publicação anual, no final do ano comercial

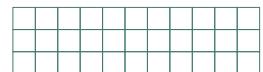


Levantamento dos custos de produção

Diretrizes:

1. Aprimorar os trabalhos desenvolvidos pela CONAB com apoio de Associações, Cooperativas, EMBRAPA, Universidades, assistência técnica órgãos de pesquisa e demais instituições afins
2. Estabelecer convênios e ou parcerias com cooperativas, associações, instituições de extensão e pesquisa, com o objetivo de obter apoio na coleta de informações
3. Elaborar custos de produção regionalizados, por perfil tecnológico e sistema de produção aproveitando as experiências existentes

2. PD&I



Rede de PD&I das Culturas de Inverno

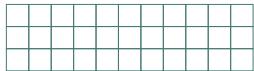
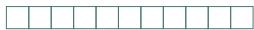
Diretrizes:

1. Identificar todas as instituições de pesquisa públicas e privadas com trabalhos relevantes no setor
2. Resgatar todo o acervo de pesquisa existente e disponibilizá-lo na rede
3. Recomendar a Embrapa para a coordenação da rede
4. Sistematizar métodos e formas de captação de demandas de pesquisa dos diversos elos da cadeia
5. Utilizar o programa SIBRATEC/ MCT para viabilizar os recursos necessários para sua criação e implantação

Programa Nacional de PD&I das Culturas de Inverno

Diretrizes:

1. Promover estratégias de captação de recursos públicos e privados disponíveis para pesquisa, desenvolvimento e inovação
2. Buscar formas de minimizar perdas ao longo da cadeia
3. Recomendar a Embrapa para a coordenação do programa
4. Incorporar estudos relativos à sustentabilidade, equilíbrio ambiental, mudanças climáticas.



5. Sistematizar métodos e formas de captação de demandas de pesquisa dos diversos elos da cadeia
6. Fortalecer a Proteção e Uso de Recursos Genéticos e ampliar o acesso aos bancos de germoplasma de matérias existentes
7. Aprofundar a discussão sobre a Transgenia e sua rastreabilidade
8. Aprimorar alternativas de cultivo ao Trigo no inverno por região, com avaliação técnica e econômica
9. Contemplar a Biotecnologia
10. Potencializar a estrutura de Pesquisa
11. Desenvolver a agregação de valor ao farelo do trigo
12. Desenvolver novos usos e novos produtos derivados
13. Promover o aumento da produtividade com qualidade e competitividade
14. Estabelecer as especificações de farinha para os diferentes usos.
15. Enquadrar as cultivares indicadas para cultivo nas especificações de farinha para os diferentes usos e aptidão tecnológica em regiões tradicionais de produção de trigo. (Obs. Considerar estados e regiões tritícolas conforme IN 58 de 19 de novembro de 2008).
16. Estabelecer linhas de pesquisa para chamadas de projetos inovadores em estresses bióticos (giberela, brusone e ferrugem) e abióticos (estresse hídrico, calor, germinação pré-colheita e eficiência na aquisição e utilização de nutrientes) limitantes da produção de trigo nacional.

17. Estabelecer linhas de pesquisa para chamadas de projetos inovadores em desafios emergentes para a triticultura nacional, entre eles o melhoramento genético de nossas cultivares
18. Estabelecer linhas de pesquisa para chamadas de projetos inovadores visando o desenvolvimento de produtos derivados e cultivares de trigo tendo em vista disponibilizar alimentos funcionais para o público consumidor (biofortificação).
19. Estabelecer linhas de pesquisa para chamadas de projetos inovadores tendo em vista a melhoria da eficiência e qualidade da moagem de trigo no Brasil.
20. Articular uma rede de ensaios cooperativos para avaliação de fungicidas em trigo.
21. Formular proposta para o estabelecimento de núcleos integrados de pesquisa e transferência de tecnologia visando o desenvolvimento da triticultura tropical.
22. Articular um consórcio de pesquisa na fronteira do conhecimento para o complexo giberela/micotoxinas em trigo.
23. Avaliar a possibilidade de criação e formular proposta para estabelecimento de um fundo de pesquisa para o trigo, gerido e financiado por representantes do setor público e privado associado ao estabelecimento de linhas de financiamento específicas para PD&I na cadeia produtiva de trigo.
24. Ampliar mecanismos de incentivo para importação de máquinas, equipamentos e material de consumo destinado à pesquisa conduzida pela iniciativa pública e privada.
25. Articulação de um consórcio de pesquisa na fronteira do conhecimento para brusone do trigo.

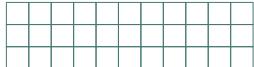
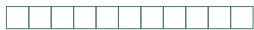
3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Capacitação, Difusão e Extensão)



Plano Nacional de Assistência Técnica

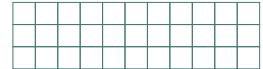
Diretrizes:

1. Elaborar Programa Específico de Capacitação e Intercâmbio de Profissionais de ATER, Cooperativas, Empresas Privadas.
2. Elaborar Programa Específico de Capacitação de Produtores na Gestão Administrativa Financeira, Comercial e Ambiental contemplando temas como financiamento, seguro rural, programas de subvenção governamental, gestão ambiental e social, marketing e comercialização;
3. Elaborar Programas Específicos de Capacitação de Mão-de-Obra em toda a cadeia
4. Estabelecer convênios com instituições publicas e privadas afins, tipo Sebrae, Senar, Senac, Senai, Embrapa, Cooperativas, Institutos, Universidade, Empresas do terceiro setor etc.
5. Promover estratégias de captação de recursos públicos, privados nacionais e internacionais disponíveis para capacitação, difusão e extensão.
6. Contemplar ações sistematizadas e focadas em prioridades de cada região ou Estado, contemplando as características regionais segundo tecnologias de produção, tamanho da propriedade, etc... - com certificação que contenha requisitos de reconhecimento gradual para ampliar a motivação e continuidade do processo educativo



7. Criar incentivos como redução de juros em operações de crédito oficial ou acesso facilitado a operações de financiamento se atingidas determinadas metas de conclusão de capacitações, pelos produtores e seus funcionários
8. Contemplar as ações de coleta sistematizada de demandas de pesquisa para que sejam encaminhadas ao Programa de Pesquisa do Setor
9. Medir a eficiência dos programas de capacitação, estabelecendo avaliação periódica com a participação da Câmara Setorial
10. Identificar propriedades de referência no conjunto de tecnologias e manejo para sugerir pacotes tecnológicos mínimos de referência para intercâmbio de conhecimento e experiência.
11. Contemplar o estímulo ao Cooperativismo e Associativismo
12. Promover capacitações de inclusão digital de produtores
13. Realizar eventos técnicos e científicos
14. Educar e estimular para o uso de Sementes Certificadas, condicionando o seu uso ao acesso ao crédito rural
15. Incentivar o produtor a aprimorar a gestão de custos.
16. Viabilizar a participação da Assistência Técnica privada na prestação de serviços estabelecidos na regulamentação da Lei da ATER
17. Fortalecer a Assistência Técnica a Micro e Pequenos Produtores e aprimorar a fiscalização da aplicação dos recursos do Proagro
18. Capacitar empresas visando à exportação de produtos, com ênfase em Micro e Pequenas Empresas.

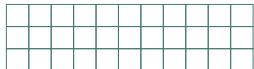
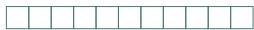
4. DEFESA AGROPECUÁRIA



Fiscalização e Controle

Diretrizes:

1. Fortalecer a Estrutura de Fiscalização e Harmonização de Procedimentos, na importação e exportação
2. Promover programas permanentes de Capacitação de Fiscais Federais e Estaduais
3. Integrar e harmonizar as ações de fiscalização entre Municípios, Estados e Governo Federal
4. Fortalecer a fiscalização de sementes e desenvolver sistema oficial de certificação e outros insumos
5. Desburocratizar e agilizar os trâmites e processos
6. Ampliar a rede de laboratórios credenciados públicos e privados
7. Fortalecer a interlocução das áreas técnicas do MAPA com o Setor
8. Implementar urgentemente o convênio estabelecido pelo SUASA
9. Agilizar os processos de Análises de Riscos de Pragas
10. Intensificar a fiscalização dos grãos nos estoques públicos
11. Aprimorar e ampliar o Banco de Dados sobre sementes do RENASEM, a exemplo do que está em aplicação no RS
12. Desenvolver e validar métodos rápidos para classificação de trigo no recebimento do grão visando a segregação por Classes e Tipos
13. Agilizar os processos de intercâmbio de germoplasma para fins de pesquisa



Marcos Regulatórios - INMETRO

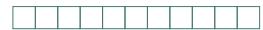
Diretrizes:

1. Aprimorar o diálogo com o MAPA na elaboração dos normativos do setor
2. Modernizar os regulamentos relativos à importação
3. Harmonizar e simplificar os marcos regulatórios que regem o setor
4. Adequar os marcos regulatórios à realidade do setor
5. Desburocratizar processos
6. Fortalecer a interlocução das áreas técnicas com a Câmara Setorial
7. Revisar a legislação de fertilizantes especialmente quanto às punições contra fraudes e níveis de tolerância
8. Discutir a importação de insumos por princípio ativo e não por marca comercial
9. Aprimorar a articulação com a Anvisa para harmonizar a aplicação das regras de rotulagem e embalagem
10. Publicar urgentemente a nova portaria referente ao padrão de classificação oficial do Trigo em tramitação na MAPA.

Controle Higiênico Sanitário

1. Discutir a regulamentação e implementação da Portaria 54/2009 que trata do Controle Higiênico e Sanitário

5. GESTÃO DA QUALIDADE



Programa de Produção Integrada do Trigo

Diretrizes:

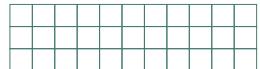
1. Dar continuidade aos trabalhos em andamento pelo MAPA, abrangendo da produção a industria, referentes ao Trigo ;
2. Fomentar sistemas de produção que priorizem a rastreabilidade e a certificação de trigo.
3. Discutir incentivos para adesão ao programa
4. Promover a discussão das Normas de Produção Integrada, sempre envolvendo os elos da cadeia.
5. Contemplar as diferentes realidades regionais

Certificação das Cultivares

Diretrizes:

1. Discutir metodologia para certificação qualitativa das cultivares de Trigo

6. MARKETING E PROMOÇÃO



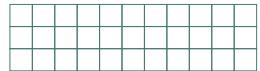
Plano de Marketing do Setor

Diretrizes:

1. Promover ações de incentivo ao consumo aos produtos das Culturas de inverno, com base nas iniciativas já em andamento pelas diversas entidades privadas do Setor valorizando seus atributos nutricionais e funcionais
2. Ressaltar os aspectos positivos Econômicos, Sociais, Ambientais e de Saúde
3. Elaborar estratégias para aumento do consumo
4. Identificar mecanismos de captação de recursos para viabilizar à aplicação do plano. Ex. Fundo do setor....
5. Atuar junto à SRI/MAPA, APEX, MRE na promoção internacional do Trigo Brasileiro
6. Sensibilizar os negociadores brasileiros para que incluam nas suas pautas o Trigo e outras culturas de inverno, alem de seus derivados, com real potencial de exportação, buscando a ampliação e acesso a outros mercados.
7. Participar em feiras internacionais.
8. Atuar em parceria com os Adidos Agrícolas do MAPA
9. Realizar pesquisas de satisfação dos clientes externos para balizar as ações de promoção do produto no exterior e no mercado interno



10. Realizar diagnóstico do consumo de produtos a base de trigo no país
11. Combater a obrigatoriedade de inserção de outros ingredientes ao trigo em farinha de trigo, mantendo a sua identidade



Infraestrutura e Logística

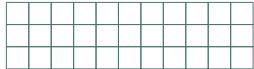
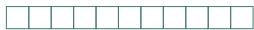
Diretrizes:

1. Definir estratégias locais, focando em seus gargalos regionais, para garantir os investimentos em infraestrutura.
2. Definir estratégias de cadeia, identificando questões que envolvam Portos, Cabotagem, Navegação Fluvial, ferrovias e rodovias.
3. Discutir com o Governo e Empresas do Setor de Logística políticas de ampliação do escoamento ferroviário de produtos agrícolas, identificando oportunidades, questionando critérios de concessão pública, promovendo a inserção mais efetiva e racional desse meio de transporte.
4. Promover programas governamentais de implantação de estruturas que permitam a acessibilidade digital nas propriedades rurais
5. Incluir novamente ações de modernizar e flexibilizar a navegação de cabotagem

Armazenagem

Diretrizes:

1. Melhorar e ampliar a infraestrutura de Armazenagem adequadas as condições de segregação de grãos de trigo e demais culturas de inverno.
2. Estimular a ampliação do sistema de silos, melhorando e adequando sua tecnologia.
3. Realizar levantamento / mapeamento da capacidade de armazenagem contemplando as informações por estado



4. Agilizar a implementação do credenciamento e certificação de armazéns
5. Criar um sistema nacional, com foco nas informações de Estados produtores, de localização, capacidade e disponibilização da rede de armazenagem qualificada. Analisar o exemplo de trabalho da CESAVRS

Políticas do Mercosul

Diretrizes:

1. Discutir a competitividade das culturas de inverno frente aos países do Mercosul, avaliando o sistema de equivalências e os diferentes custos de produção
2. Discutir a importação de Farinhas
3. Discutir a TEC
4. Discutir formas de proteção ao produtor nacional em relação ao Mercosul

Pólo Tritícola do Brasil Central

Diretrizes:

1. Integrar as ações de fomento nos diversos Estados envolvidos
2. Fomentar a triticultura tropical
3. Trabalhar ações de incentivo a produção
4. Estabelecer formas inovadoras de relações comerciais de fornecimento produtor e moinhos/industrias
5. Criar condições para o estabelecimento de núcleos integrados de pesquisa e transferência de tecnologia visando o desenvolvimento da triticultura tropical.



8. CRÉDITO E SEGURO

Crédito

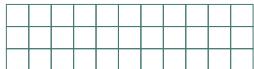
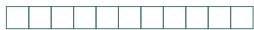
Diretrizes:

1. Promover ajustes e adequações no PRONAF destinado a culturas de inverno, de acordo com suas especificidades
2. Reavaliar o tratamento aos produtores independente do porte, viabilizando o custeio rotativo para as diversas culturas da propriedade
3. Combater a vinculação da compra de produtos e serviços bancários à obtenção dos financiamentos oficiais
4. Estabelecer diferenciais de valores de custeio de acordo com as qualidades que se pretenda produzir
5. Revisar os limites de crédito para estocagem, adequando e estabelecendo relação com a capacidade de estocagem
6. Definir as políticas do Plano Agrícola e Pecuário das culturas de inverno de acordo com o ciclo de produção característico do setor. - O Produtor precisa ter com antecedência as garantias de preço mínimo.
7. Estabelecer normas plurianuais para o crédito rural;

Reformulação do Crédito Oficial

Diretrizes:

1. Promover movimentos em busca da reformulação do Crédito Rural Oficial

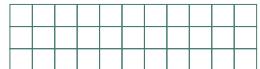


2. Criar mecanismos de crédito rotativo
3. Criar um fundo garantidor
4. Revisar os critérios de classificação de risco e garantias do produtor
5. Revisar os critérios de definição dos limites de crédito

Seguro Agrícola

Diretrizes:

1. Aperfeiçoar as regras do Seguro para a produção das Culturas de Inverno
2. Buscar o envolvimento dos Estados da Federação nas políticas de subvenção ao Seguro da Produção
3. Rever as regras do Seguro Agrícola, levando em consideração a produtividade do Produtor.
4. Rediscutir os índices de produtividade do IBGE utilizados para aplicação do seguro agrícola
5. Implementar o Fundo de Catástrofe
6. Discutir a criação de seguros para a propriedade produtiva com todas as suas atividades.
7. Aprimorar o zoneamento de cultivares de trigo segundo adaptação edafoclimática e aptidão tecnológica em regiões tradicionais de produção de trigo. Readequação da aptidão tecnológica para classificação de cultivares (considerar estabilidade de qualidade em função de nova norma de classificação e definir critérios de pré-lançamento de cultivares).
8. Ampliar o teto de financiamento para os produtores que adotarem o Programa Integrado de Produção

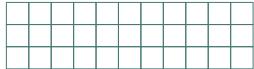
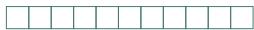


9. COMERCIALIZAÇÃO

Política de Comercialização Oficial

Diretrizes:

1. Definir as políticas do Plano Agrícola e Pecuário das culturas de inverno de acordo com o ciclo de produção característico do setor.
- O Produtor precisa ter com antecedência as garantias de preço mínimo.
2. Desburocratizar as operações, acabando com a morosidade na comprovação e liquidação das operações.
3. Aprimorar a fiscalização na execução dos programas
4. Estabelecer modelo informatizado de controle e desembaraço das operações
5. Criar o Cadastro Nacional de Produtores Rurais como ferramenta de informações para aplicação de programas de governo, dando transparência, segurança e principalmente agilidade as operações.
6. Planejar, discutir e implementar a pertinência das operações de opções públicas.
7. Fortalecer, com maior volume de recursos e um calendário predefinido, os instrumentos de política agrícola para sustentação de preço mínimo de garantia do trigo nacional.
8. Discutir com o governo Federal as formulações adequadas de preços mínimos de garantia de maneira a dar estabilidade e segurança ao mercado.



Contratos e Novos instrumentos de comercialização

Diretrizes:

1. Buscar inovações comerciais praticadas em outros setores e até mesmo fora do país . Inovar, quebrar paradigmas
2. Promover discussões para o desenvolvimento de novas formas de contratos entre produtor e indústria
3. Discutir a normatização dos contratos de comercialização
4. Estabelecer estratégias de ações para possibilitar e fomentar a prática da comercialização em mercados futuros como a BM&F e demais Bolsas
5. Desenvolver mecanismos de apoio à produção e comercialização de trigo em novas áreas
6. Estruturar parceria do setor de trigo com a BMF visando à certificação e a instalação de câmara arbitral e registros de contratos

Mercosul

Diretrizes:

1. Discutir estratégias referentes à Tarifa Externa Comum (TEC)
2. Estabelecer tarifação na entrada da farinha Argentina, visando compensar as diferenças de tributação entre farinha e trigo, bem como os subsídios concedidos às indústrias do Mercosul

10. LEGISLAÇÃO



Legislação Tributária

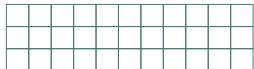
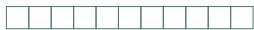
Diretrizes:

1. Realizar diagnóstico da estrutura tributária que incide sobre a cadeia produtiva
2. Aproximar o impacto dos tributos incidentes no trigo (e derivados) nacional e importado; Equalizar e/ou isentar de ICMS as transações do trigo e farinha entre os estados da federação; ; Eliminação do PIS e da COFINS nos derivados do trigo;
3. Eliminar a cobrança do Funrural na produção de sementes
4. Rediscutir o enquadramento legal de micro, pequenos e médios produtores
5. Adequar as Políticas Tributárias às necessidades e características do Setor
6. Acompanhar a tramitação da reforma tributária no Congresso Nacional
7. Combater a Guerra Fiscal

Legislação Ambiental

Diretrizes:

1. Acompanhar a discussão do Código Florestal
2. Simplificar o Licenciamento Ambiental para todos os produtores
3. Discutir o uso das águas



Legislação Trabalhista

Diretrizes:

1. Adaptar a Legislação Trabalhista à realidade rural
2. Apoiar projetos de Lei que proponham adaptações ao trabalho rural

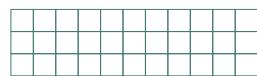
Lei de Proteção de Cultivares 9.456/97

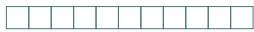
Diretrizes:

1. Atuar em ações conjuntas com demais setores dos Agronegócios interessados na discussão do projeto de lei elaborados pelo governo e que se encontra na Casa Civil
2. Incluir no âmbito de atuação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e delitos contra a Propriedade Intelectual os atos de violação dos direitos de obtentor vegetal

Agenda Estratégica das Culturas de Inverno

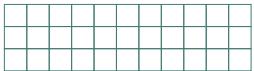
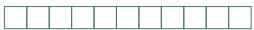
Tema	Item	Diretrizes
1. ESTATÍSTICAS	Levantamento de Áreas de Produção e Safra	<ol style="list-style-type: none">1. Definir metodologias, sistema de governança, gestão do trabalho, orçamento, fontes de recursos anuais, cronograma de implantação e manutenção;2. Definir levantamento por área cultivada, número de produtores, por sistema de produção, indicadores tecnológicos, produção de grãos e sementes, por Estado da Federação.3. Avaliar as competências operacionais e tecnológicas para trabalhos específicos, de universidades, instituições de pesquisas e extensão, cooperativas e associações que possam contribuir.4. Utilizar as experiências já existentes, envolvendo participação de instituições de pesquisa e/ou extensão rural afins tendo como objetivo dados oficiais únicos5. Criar plataforma de dados comum e acesso à informação de forma objetiva e transparente6. Estabelecer convênios e ou cooperação técnica com instituições públicas e/ou privadas que possam colaborar de forma sistemática e contínua.7. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab, aprimorando suas condições de técnicas e de estrutura.8. Contemplar o levantamento de perdas na produção por eventos ocasionais tipo granizo, pragas, seca inundações , chuvas excessivas, etc...





Tema	Item	Diretrizes
1. ESTATÍSTICAS	Levantamento da Qualidade da Safra	<ol style="list-style-type: none">1. Contemplar dados qualitativos sobre a produção, a partir de amostras representativas, levantamento das variedades utilizadas, para buscar estimar as especificidades do uso da produção2. Estabelecer formas sistemáticas de coleta de amostras durante o momento da colheita nas diversas regiões produtoras.
1. ESTATÍSTICAS	Levantamento de Estoques	<ol style="list-style-type: none">1. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab.2. Estabelecer convênios e ou cooperação técnica com Entidades de representação privada, para colaborarem de forma sistemática e contínua.3. Aprimorar os trabalhos existentes pela Conab, com levantamentos anuais de estoques privados dos produtores, moinhos, indústria armazenedores e comércio em geral.4. Estabelecer parcerias com os Estados para obtenção das informações através de Notas Fiscais Eletrônicas5. Estabelecer a periodicidade sistemática do levantamento e sua divulgação.

Tema	Item	Diretrizes
1. ESTATÍSTICAS	Levantamento da produção industrial	<ul style="list-style-type: none"> 1. Utilizar informações levantadas nas indústrias do CNAE/IBGE e entidades que possam contribuir 2. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab. 3. Procurar extratificar em tipos de produtos, farinhas, etc... 4. Estabelecer parcerias com os Estados para obtenção das informações através de Notas Fiscais Eletrônicas 5. Estabelecer convênios e ou cooperação técnica com Entidades de representação privada, para colaborarem de forma sistemática e contínua.
1. ESTATÍSTICAS	Levantamento do consumo	<ul style="list-style-type: none"> 1. Utilizar informações levantadas nas indústrias, Supermercados e de pesquisas do IBGE e outras entidades que possam colaborar 2. Contemplar dados por Estados 3. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab, com publicação anual, no final do ano comercial

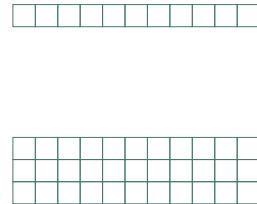


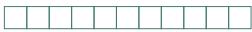
Tema	Item	Diretrizes
1. ESTATÍSTICAS	Levantamento dos custos de produção	<ol style="list-style-type: none">1. Aprimorar os trabalhos desenvolvidos pela CONAB com apoio de CONAB com apoio de Associações, Cooperativas, EMBRAPA, Universidades, assistência técnica órgãos de pesquisa e demais instituições afins2. Estabelecer convênios e ou parcerias com cooperativas, associações, instituições de extensão e pesquisa, com o objetivo de obter apoio na coleta de informações3. Elaborar custos de produção regionalizados, por perfil tecnológico e sistema de produção aproveitando as experiências existentes
2. PDI	Rede de PDI das Culturas Inverno	<ol style="list-style-type: none">1. Identificar todas as instituições de pesquisa públicas e privadas com trabalhos relevantes no setor2. Resgatar todo o acervo de pesquisa existente e disponibilizá-lo na rede3. Recomendar a Embrapa para a coordenação da rede4. Sistematizar métodos e formas de captação de demandas de pesquisa dos diversos elos da cadeia5. Utilizar o programa SIBRATEC/ MCT para viabilizar os recursos necessários para sua criação e implantação
2. PDI	Programa Nacional de PDI das Culturas de Inverno	<ol style="list-style-type: none">1. Promover estratégias de captação de recursos públicos e privados disponíveis para pesquisa, desenvolvimento e inovação2. Buscar formas de minimizar perdas ao longo da cadeia3. Recomendar a Embrapa para a coordenação do programa4. Incorporar estudos relativos à sustentabilidade, equilíbrio ambiental, mudanças climáticas.5. Sistematizar métodos e formas de captação de demandas de pesquisa dos diversos elos da cadeia

Tema	Item	Diretrizes
		<p>6. Fortalecer a Proteção e Uso de Recursos Genéticos e ampliar o acesso aos bancos de germoplasma de matérias existentes</p> <p>7. Aprofundar a discussão sobre a Transgenia e sua rastreabilidade</p> <p>8. Aprimorar alternativas de cultivo ao Trigo no inverno por região, com avaliação técnica e econômica</p> <p>9. Contemplar a Biotecnologia</p> <p>10. Potencializar a estrutura de Pesquisa</p> <p>11. Desenvolver a agregação de valor ao farelo do trigo</p> <p>12. Desenvolver novos usos e novos produtos derivados</p> <p>13. Promover o aumento da produtividade com qualidade e competitividade</p> <p>14. Estabelecer as especificações de farinha para os diferentes usos.</p> <p>15. Enquadrar as cultivares indicadas para cultivo nas especificações de farinha para os diferentes usos e aptidão tecnológica em regiões tradicionais de produção de trigo. (Obs. Considerar estados e regiões tríticas conforme IN 58 de 19 de novembro de 2008).</p> <p>16. Estabelecer linhas de pesquisa para chamadas de projetos inovadores em estresses bióticos (giberela, brusone e ferrugem) e abióticos (estresse hídrico, calor, germinação pré-colheita e eficiência na aquisição e utilização de nutrientes) limitantes da produção de trigo nacional.</p> <p>17. Estabelecer linhas de pesquisa para chamadas de projetos inovadores em desafios emergentes para a triticultura nacional, entre eles o melhoramento genético de nossa cultívares</p> <p>18. Estabelecer linhas de pesquisa para chamadas de projetos inovadores visando o desenvolvimento de produtos derivados e cultivares de trigo tendo em vista disponibilizar alimentos funcionais para o público consumidor (biofortificação).</p>

Programa Nacional de PDI das Culturas de Inverno

2. PDI

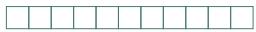




Item	Diretrizes
2. PDI	<p>19. Estabelecer linhas de pesquisa para chamadas de projetos inovadores tendo em vista a melhoria da eficiência e qualidade da moagem de trigo no Brasil.</p> <p>20. Articular uma rede de ensaios cooperativos para avaliação de fungicidas em trigo.</p> <p>21. Formular proposta para o estabelecimento de núcleos integrados de pesquisa e transferência de tecnologia visando o desenvolvimento da triticultura tropical.</p> <p>22. Articular um consórcio de pesquisa na fronteira do conhecimento para o complexo giberela/micotoxinas em trigo.</p> <p>23. Avaliar a possibilidade de criação e formular proposta para estabelecimento de um fundo de pesquisa para o trigo, gerido e financiado por representantes do setor público e privado associado ao estabelecimento de linhas de financiamento específicas para PDI na cadeia produtiva de trigo.</p> <p>24. Ampliar mecanismos de incentivo para importação de máquinas, equipamentos e material de consumo destinado à pesquisa conduzida pela iniciativa pública e privada.</p> <p>25. Articulação de um consórcio de pesquisa na fronteira do conhecimento para brusone do trigo.</p>

Tema	Item	Diretrizes
<p>3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Capacitação, Difusão e Extensão)</p> <p>Plano Nacional de Assistência Técnica</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar Programa Específico de Capacitação e Intercâmbio de Profissionais de ATER, Cooperativas, Empresas Privadas. 2. Elaborar Programa Específico de Capacitação de Produtores na Gestão Administrativa Financeira, Comercial e Ambiental contemplando temas como financiamento, seguro rural, programas de subvenção governamental, gestão ambiental e social, marketing e comercialização; 3. Elaborar Programas Específicos de Capacitação de Mão-de-Obra em toda a cadeia 4. Estabelecer convênios com instituições públicas e privadas afins, tipo Sebrae, Senar, Senai, Embrapa, Cooperativas, Institutos, Universidade, Empresas do terceiro setor etc. 5. Promover estratégias de captação de recursos públicos, privados nacionais e internacionais disponíveis para capacitação, difusão e extensão. 6. Contemplar ações sistematizadas e focadas em prioridades de cada região ou Estado, contemplando as características regionais segundo tecnologias de produção, tamanho da propriedade, etc... - com certificação que contenha requisitos de reconhecimento gradual para ampliar a motivação e continuidade do processo educativo 7. Criar incentivos como redução de juros em operações de crédito oficial ou acesso facilitado a operações de financiamento se atingidas determinadas metas de conclusão de capacitações, pelos produtores e seus funcionários 8. Contemplar as ações de coleta sistematizada de demandas de pesquisa para que sejam encaminhadas ao Programa de Pesquisa do Setor 9. Medir a eficiência dos programas de capacitação, estabelecendo avaliação periódica com a participação da Câmara Setorial 		

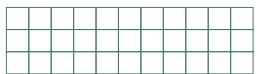
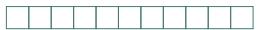




Tema	Item	Diretrizes
3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Capacitação, Difusão e Extensão)	Plano Nacional de Assistência Técnica	<ul style="list-style-type: none">10. Identificar propriedades de referência no conjunto de tecnologias e manejo para sugerir pacotes tecnológicos mínimos de referência para intercâmbio de conhecimento e experiência.11. Contemplar o estímulo ao Cooperativismo e Associativismo12. Promover capacitações de inclusão digital de produtores13. Realizar eventos técnicos e científicos14. Educar e estimular para o uso de Sementes Certificadas, condicionando o seu uso ao acesso ao crédito rural15. Incentivar o produtor a aprimorar a gestão de custos.16. Viabilizar a participação da Assistência Técnica privada na prestação de serviços estabelecidos na regulamentação da Lei da ATER17. Fortalecer a Assistência Técnica a Micro e Pequenos Produtores e aprimorar a fiscalização da aplicação dos recursos do Proagro18. Capacitar empresas visando a exportação de produtos, com ênfase em Micro e Pequenas Empresas.

Tema	Item	Diretrizes
4. DEFEZA AGROPECUÁRIA Fiscalização e Controle <ol style="list-style-type: none"> 1. Fortalecer a Estrutura de Fiscalização e Harmonização de Procedimentos, na importação e exportação 2. Promover programas permanentes de Capacitação de Fiscais Federais e Estaduais 3. Integrar e harmonizar as ações de fiscalização entre Municípios, Estados e Governo Federal 4. Fortalecer a fiscalização de sementes e desenvolver sistema oficial de certificação e outros insumsos 5. Desburocratizar e agilizar os trâmites e processos 6. Ampliar a rede de laboratórios credenciados públicos e privados 7. Fortalecer a interlocução das áreas técnicas do MAPA com o Setor 8. Implementar urgentemente o convênio estabelecido pelo SUASA 9. Agilizar os processos de Análises de Riscos de Pragas 10. Intensificar a fiscalização dos grãos nos estoques públicos 11. Aprimorar e ampliar o Banco de Dados sobre sementes do RENASEM, a exemplo do que está em aplicação no RSTipos 12. Desenvolver e validar métodos rápidos para classificação de trigo no recebimento do grão visando a segregação por Classes e Tipos 13. Agilizar os processos de intercâmbio de germoplasma para fins de pesquisa 		

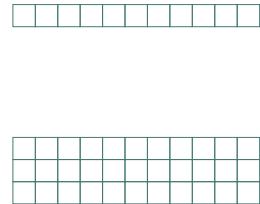


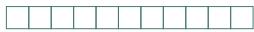


Tema	Item	Diretrizes
4. DEFESE AGROPECUÁRIA	Marcos Regulatórios	<ol style="list-style-type: none">1. Aprimorar o diálogo com o MAPA na elaboração dos normativos do setor2. Modernizar os regulamentos relativos à importação3. Harmonizar e simplificar os marcos regulatórios que regem o setor4. Adequar os marcos regulatórios à realidade do setor5. Desburocratizar processos6. Fortalecer a interlocução das áreas técnicas com a Câmara Setorial7. Revisar a legislação de fertilizantes especialmente quanto às punições contra fraudes e níveis de tolerância8. Discutir a importação de insumos por princípio ativo e não por marca comercial9. Aprimorar a articulação com a Anvisa para harmonizar a aplicação das regras de rotulagem e embalagem10. Publicar urgentemente a nova portaria referente ao padrão de classificação oficial do Trigo em tramitação na MAPA.
4. DEFESE Higiênico Sanitário	AGROPECUÁRIA	<ol style="list-style-type: none">1. Discutir a regulamentação e implementação da Portaria 54/2009 que trata do Controle Higiênico e Sanitário

Tema	Item	Diretrizes
5. GESTÃO DA QUALIDADE	Programa de Produção Integrada do Trigo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dar continuidade aos trabalhos em andamento pelo MAPA, abrangendo da produção à indústria, referentes ao Trigo ; 2. Fomentar sistemas de produção que priorizem a rastreabilidade e a certificação de trigo. 3. Discutir incentivos para adesão ao programa 4. Promover a discussão das Normas de Produção Integrada, sempre envolvendo os elos da cadeia. 5. Contemplar as diferentes realidade regionais
4. DEFEZA	Certificação das Cultivares	<ol style="list-style-type: none"> 1. Discutir metodologia para certificação qualitativa das cultivares de Trigo

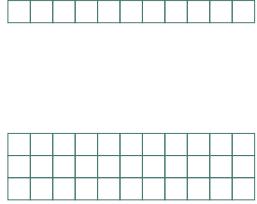
Tema	Item	Diretrizes
AGROPECUÁRIA	Cultivares	<ol style="list-style-type: none"> 1. Discutir metodologia para certificação qualitativa das cultivares de Trigo

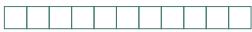




Tema	Item	Diretrizes
6. MARKETING E PROMOCÃO	Plano de Marketing do Setor	<ol style="list-style-type: none">1. Promover ações de incentivo ao consumo aos produtos das Culturas de inverno, com base nas iniciativas já em andamento pelas diversas entidades privadas do Setor valorizando seus atributos nutricionais e funcionais2. Ressaltar os aspectos positivos Econômicos, Sociais, Ambientais e de Saúde3. Elaborar estratégias para aumento do consumo4. Identificar mecanismos de captação de recursos para viabilizar a aplicação do plano. Ex. Fundo do setor....5. Atuar junto à SRI/MAPA, APEX, MRE na promoção internacional do Trigo Brasileiro6. Sensibilizar os negociadores brasileiros para que incluam nas suas pautas o Trigo e outras culturas de inverno, além de seus derivados, com real potencial de exportação, buscando a ampliação e acesso a outros mercados.7. Participar em feiras internacionais.8. Atuar em parceria com os Adidos Agrícolas do MAPA9. Realizar pesquisas de satisfação dos clientes externos para balizar as ações de promoção do produto no exterior e no mercado interno10. Realizar diagnóstico do consumo de produtos a base de trigo no país11. Combater a obrigatoriedade de inserção de outros ingredientes ao trigo em farinha de trigo, mantendo a sua identidade12. Desenvolver e validar métodos rápidos para classificação de trigo no recebimento do grão visando a segregação por Classes e Tipos13. Agilizar os processos de intercâmbio de germoplasma para fins de pesquisa

Tema	Item	Diretrizes
7. GOVERNANÇA DA CADÉIA	Infraestrutura e Logística	<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir estratégias locais, focando em seus gargalos regionais, para garantir os investimentos em infraestrutura. 2. Definir estratégias de cadeia, identificando questões que envolvam Portos, Cabotagem, Navegação Fluvial, ferrovias e rodovias. 3. Discutir com o Governo e Empresas do Setor de Logística políticas de ampliação do escoamento ferroviário de produtos agrícolas, identificando oportunidades, questionando critérios de concessão pública, promovendo a inserção mais efetiva e racional desse meio de transporte. 4. Promover programas governamentais de implantação de estruturas que permitam a acessibilidade digital nas propriedades rurais 5. Incluir novamente ações de modernizar e flexibilizar a navegação de cabotagem
7. GOVERNANÇA DA CADÉIA	Armazenagem	<ol style="list-style-type: none"> 1. Melhorar e ampliar a infraestrutura de Armazenagem adequadas as condições de segregação de grãos de trigo e demais culturas de inverno. 2. Estimular a ampliação do sistema de silos, melhorando e adequando sua tecnologia. 3. Realizar levantamento / mapeamento da capacidade de armazenagem contemplando as informações por estado 4. Agilizar a implementação do credenciamento e certificação de armazéns 5. Criar um sistema nacional, com foco nas informações de Estados produtores, de localização, capacidade e disponibilização da rede de armazenagem qualificada. Analisar o exemplo de trabalho da CESAR/RS

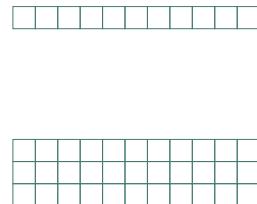


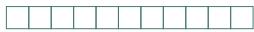


Tema	Item	Diretrizes
7. GOVERNANÇA DA CADÉIA Políticas do Mercosul	7. GOVERNANÇA DA CADÉIA Políticas do Mercosul	<ol style="list-style-type: none">1. Discutir a competitividade das culturas de inverno frente aos países do Mercosul, avaliando o sistema de equivalências e os diferentes custos de produção2. Discutir a importação de Farinhas3. Discutir a TEC4. Discutir formas de proteção ao produtor nacional em relação ao Mercosul
7. GOVERNANÇA DA CADÉIA Políto Triticola do Brasil	7. GOVERNANÇA DA CADÉIA Políto Triticola do Brasil	<ol style="list-style-type: none">1. Integrar as ações de fomento nos diversos Estados envolvidos2. Fomentar a triticultura tropical3. Trabalhar ações de incentivo a produção4. Estabelecer formas inovadoras de relações comerciais de fornecimento produtor e moinhos/indústrias5. Criar condições para o estabelecimento de núcleos integrados de pesquisa e transferência de tecnologia visando o desenvolvimento da triticultura tropical.

Tema	Item	Diretrizes
8. CREDITO E SEGURO	Credito	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover ajustes e adequações no PRONAF destinado a culturas de inverno, de acordo com suas especificidades 2. Reavaliar o tratamento aos produtores independente do porte, viabilizando o custeio rotativo para as diversas culturas da propriedade 3. Combater a vinculação da compra de produtos e serviços bancários à obtenção dos financiamentos oficiais 4. Estabelecer diferenciais de valores de custeio de acordo com as qualidades que se pretenda produzir 5. Revisar os limites de crédito para estocagem, adequando e estabelecendo relação com a capacidade de estocagem 6. Definir as políticas do Plano Agrícola e Pecuário das culturas de inverno de acordo com o ciclo de produção característico do setor. - O Produtor precisa ter com antecedência as garantias de preço mínimo. 7. Estabelecer normas plurianuais para o crédito rural;

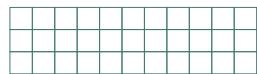
Tema	Item	Diretrizes
8. CREDITO E SEGURO	Reformulação do Crédito Oficial	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover movimentos em busca da reformulação do Crédito Rural Oficial 2. Criar mecanismos de crédito rotativo 3. Criar um fundo garantidor 4. Revisar os critérios de classificação de risco e garantias do produtor 5. Revisar os critérios de definição dos limites de crédito

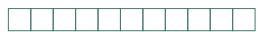




Tema	Item	Diretrizes
Seguro Agrícola	8. CREDITO E SEGURO	<ol style="list-style-type: none">1. Aperfeiçoar as regras do Seguro para a produção das Culturas de Inverno2. Buscar o envolvimento dos Estados da Federação nas políticas de subvenção ao Seguro da Produção3. Rever as regras do Seguro Agrícola, levando em consideração a produtividade do Produtor.4. Rediscutir os índices de produtividade do IBGE utilizados para aplicação do seguro agrícola5. Implementar o Fundo de Catastrofe6. Discutir a criação de seguros para a propriedade produtiva com todas as suas atividades.7. Aprimorar o zoneamento de cultivares de trigo segundo adaptação edafoclimática e aptidão tecnológica em regiões tradicionais de produção de trigo. Readequação da aptidão tecnológica para classificação de cultivares (considerar estabilidade de qualidade em função de nova norma de classificação e definir critérios de pré-lançamento de cultivares).8. Ampliar o teto de financiamento para os produtores que adotarem o Programa Integrado de Produção

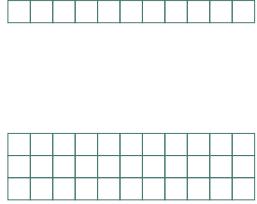
Tema	Item	Diretrizes
<p>9. COMERCIALIZAÇÃO</p> <p>Política de Comercialização Oficial</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Definir as políticas do Plano Agrícola e Pecuário das culturas de inverno de acordo com o ciclo de produção característico do setor. - O Produtor precisa ter com antecedência as garantias de preço mínimo. 2. Desburocratizar as operações, acabando com a morosidade na comprovação e liquidação das operações. 3. Aprimorar a fiscalização na execução dos programas 4. Estabelecer modelo informatizado de controle e desembarço das operações 5. Criar o Cadastro Nacional de Produtores Rurais como ferramenta de informações para aplicação de programas de governo, dando transparência, segurança e principalmente agilidade as operações. 6. Planejar, discutir e implementar a pertinência das operações de opções públicas. 7. Fortalecer, com maior volume de recursos e um calendário predefinido, os instrumentos de política agrícola para sustentação de preço mínimo de garantia do trigo nacional. 8. Discutir com o governo Federal as formulações adequadas de preços mínimos de garantia de maneira a dar estabilidade e segurança ao mercado. 		

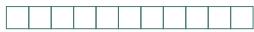




Tema	Item	Diretrizes
9. COMERCIALIZAÇÃO	Contratos e Novos instrumentos de comércio	1. Buscar inovações comerciais praticadas em outros setores e até mesmo fora do país . Inovar, quebrar paradigmas
		2. Promover discussões para o desenvolvimento de novas formas de contratos entre produtor e indústria
		3. Discutir a normatização dos contratos de comercialização
		4. Estabelecer estratégias de ações para possibilitar e fomentar a prática da comercialização em mercados futuros como a BM&F e demais Bolsas
		5. Desenvolver mecanismos de apoio à produção e comercialização de trigo em novas áreas
		6. Estruturar parceria do setor de trigo com a BMF visando a certificação e a instalação de câmara arbitral e registros de contratos
Tema	Item	Diretrizes
9. COMERCIALIZAÇÃO	Mercosul	1. Discutir estratégias referentes à Tarifa Externa Comum (TEC)
		2. Estabelecer tarifação na entrada da farinha Argentina, visando compensar as diferenças de tributação entre farinha e trigo, bem como os subsídios concedidos às indústrias do Mercosul

Tema	Item	LegisLAÇÃO Tributária	LegisLAÇÃO Ambiental
10. LEGISLAÇÃO	10. LEGISLAÇÃO	<p>1. Realizar diagnóstico da estrutura tributária que incide sobre a cadeia produtiva</p> <p>2. Aproximar o impacto dos tributos incidentes no trigo (e derivados) nacional e importado; Equalizar e/ou isentar de ICMS as transações do trigo e farinha entre os estados da federação; ; Eliminação do PIS e da COFINS nos derivados do trigo;</p> <p>3. Eliminar a cobrança do Funrural na produção de sementes</p> <p>3. Rediscutir o enquadramento legal de micro, pequenos e médios produtores</p> <p>4. Adequar as Políticas Tributárias às necessidades e características do Setor</p> <p>5. Acompanhar a tramitação da reforma tributária no Congresso Nacional</p> <p>6. Combater a Guerra Fiscal</p>	<p>1. Acompanhar a discussão do Código Florestal</p> <p>2. Simplificar o Licenciamento Ambiental para todos os produtores</p> <p>3. Discutir o uso das águas</p>





Tema	Item	Diretrizes
LEGISLACÃO Trabalhista	10. LEGISLACÃO Trabalhista	<p>1. Adaptar a Legislação Trabalhista à realidade rural</p> <p>2. Apoiar projetos de Lei que proponham adaptações ao trabalho rural</p>
Lei de Proteção de Cultivares 9.456/97	10. LEGISLACÃO	<p>1. Atuar em ações conjuntas com demais setores do Agronegócio interessados na discussão do projeto de lei elaborado pelo governo e que se encontra na Casa Civil</p> <p>2. Incluir no âmbito de atuação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e delitos contra a Propriedade Intelectual os atos de violação dos direitos de obtentor vegetal</p>

Secretaria
Executiva

Ministério da
Agricultura, Pecuária e
Abastecimento



